DOI: 10.30612/mones.v15i29.20800

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Vivir Bien e cooperação internacional: a construção normativa de um projeto de poder

Ana Lúcia de Lacerda Gonçalves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: lacerda.g.analucia@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2294-7548

Resumo: Este artigo analisa a operacionalização do conceito boliviano de Vivir Bien por um grupo político liderado por David Choquehuanca, evidenciando o papel da cooperação internacional na transformação desse conceito em políticas públicas e normativas. O estudo centra-se no Projeto de Biocultura e Mudança Climática (2010-2023), cujo objetivo foi promover a adaptação dos territórios andinos às mudanças climáticas a partir da valorização dos conhecimentos indígenas-campesinos. Baseado em metodologia qualitativa, o artigo demonstra que o alinhamento de interesses entre atores internos e externos é estratégico para viabilizar projetos políticos domésticos, especialmente aqueles marginalizados no governo. Argumenta-se que os atores domésticos não são meros receptores de cooperação internacional; ao contrário, buscam legitimidade e fortalecimento político, gerando impactos distributivos internos e dinamizando a disputa política institucional. Dessa forma, o estudo evidencia como agendas internacionais, mediante tradução de políticas, podem ser instrumentalizadas para consolidar projetos políticos e fortalecer grupos específicos no interior de governos estatais.

Palavras-chave: *Vivir Bien*; forças sociais; cooperação internacional; tradução de políticas

Vivir Bien and international cooperation: the normative construction of a project of power

Abstract: This article analyzes the operationalization of the Bolivian concept of *Vivir Bien* by a political group led by David Choquehuanca, highlighting the role of international cooperation in transforming this concept into public policies and normative frameworks. The study focuses on the Bioculture and Climate Change Project (2010-2023), whose main objective was to promote the adaptation of Andean territories to climate change through the valorization of Indigenous and peasant knowledge. Based on a qualitative methodology, the article demonstrates that the alignment of interests between internal and external actors is strategic for enabling domestic political projects, especially those marginalized within government. It argues that domestic actors are not mere recipients of international cooperation; rather, they seek legitimacy and political strengthening, generating internal distributive impacts and energizing institutional political disputes. In this way, the study shows how international agendas, through policy translation, can be instrumentalized to consolidate political projects and strengthen specific groups within state governments.

Keywords: *Vivir Bien*; social forces; international cooperation; policy translation

Vivir Bien y cooperación internacional: la construcción normativa de un proyecto de poder

Resumen: Este artículo analiza la operacionalización del concepto boliviano de Vivir Bien por un grupo político liderado por David Choquehuanca, evidenciando el papel de la cooperación internacional en la transformación de este concepto en políticas públicas y marcos normativos. El estudio se centra en el Proyecto de Biocultura y Cambio Climático (2010-2023), cuyo objetivo principal fue promover la adaptación de los territorios andinos al cambio climático a partir de la valorización de los conocimientos indígena-campesinos. Basado en una metodología cualitativa, el artículo demuestra que la alineación de intereses entre actores internos y externos es estratégica para viabilizar proyectos políticos domésticos, especialmente aquellos marginados dentro del gobierno. Se argumenta que los actores domésticos no son meros receptores de la cooperación internacional; por el contrario, buscan legitimidad y fortalecimiento político, generando impactos distributivos internos y dinamizando la disputa política institucional. De este modo, el estudio evidencia cómo las agendas internacionales, mediante la traducción de políticas, pueden ser instrumentalizadas para consolidar proyectos políticos y fortalecer grupos específicos dentro de los gobiernos estatales.

Palabras clave: Vivir Bien; fuerzas sociales; cooperación internacional; traducción de políticas

Recebido em: 24/10/2025
Aceito em: 22/05/2026

INTRODUÇÃO

A ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS) ao poder na Bolívia representou uma ruptura política, levando grupos sociais historicamente marginalizados ao poder do Estado. Contudo, essa nova realidade, como em qualquer sistema político plural, é marcada por divergências e convergências de interesses entre os diversos atores que compõem sua base. É nesse contexto de disputa interna que este trabalho se insere, analisando a construção normativa e a implementação prática do conceito de *Vivir Bien* na Bolívia, com foco no papel do atual vice-presidente, David Choquehuanca.

Embora presente no discurso oficial, o *Vivir Bien* foi efetivamente operacionalizado por um grupo político específico. Este estudo busca entender como atores bolivianos ligados a Choquehuanca – como universidades e organizações não-governamentais (ONGs) – e com o apoio financeiro da cooperação internacional, por meio do Projeto de Biocultura e Mudanças Climáticas (PBMC), materializaram esse marco conceitual em políticas públicas e normativas.

O estudo parte do pressuposto de que a cooperação internacional atua como uma ferramenta para que atores políticos em posições estratégicas moldem a política externa em benefício de interesses domésticos. Ao alinhar seus objetivos com os de cooperantes externos, esses grupos viabilizam a implementação de políticas públicas específicas, que geram ganhos distintos para as forças socias que disputam o poder do Estado.

Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito de tese doutoral, cujos achados foram viabilizados por estágio na Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), realizado por meio de Doutorado Sanduíche. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, combinando entrevistas semiestruturadas, observação não participante[1] e análise documental. As entrevistas tiveram como objetivo compreender as estratégias de atuação, as relações institucionais e as percepções dos atores diretamente envolvidos na formulação, negociação e implementação do PBMC, permitindo identificar aspectos que não seriam apreendidos apenas por meio da análise dos marcos normativos e documentos oficiais.

O projeto de cooperação analisado, ocorrido entre 2010 e 2023 e financiado pela Cooperação Suíça, foi firmado a partir da negociação realizada por grupos vinculados a Choquehuanca e implementado mediante parcerias entre o governo boliviano e organizações da sociedade civil. Mesmo após seu encerramento formal, diversos atores vinculados ao projeto permaneceram atuando nos territórios e seguindo as premissas do PBMC, o que contribuiu para a conclusão da pesquisa. Durante o período de estadia no país, foram realizadas entre-

1 Observação não participante é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador estuda os sujeitos externamente ao grupo observado, sem integrar-se às suas atividades ou assumir o papel de membro do grupo, preservando uma posição de observador (Roratto, 2011).

vistas com dirigentes das organizações responsáveis pela coordenação do projeto – AGRUCO e Pro-Rural – e daquelas encarregadas de sua execução nos territórios – PROSUCO, PROIMPA, COMPAS e Wildlife Conservation Society (WCS). Ademais, houve acompanhamento de atividades conduzidas por PROSUCO, COMPAS e AGRUCO, incluindo reuniões com lideranças de organizações bolivianas e internacionais, bem como ações nos territórios de implementação do projeto, o que possibilitou a aplicação do método de observação não participante.

Os entrevistados foram selecionados por sua participação direta na coordenação ou execução do projeto, ocupando posições estratégicas na articulação entre organizações da sociedade civil, organismos internacionais de cooperação e o Estado boliviano. Paralelamente, o acompanhamento das atividades desenvolvidas por essas organizações possibilitou a aplicação da observação não participante, contribuindo para a compreensão das dinâmicas cotidianas de implementação da política. As evidências produzidas pelas entrevistas foram analisadas de forma articulada às observações de campo e às fontes documentais, permitindo a triangulação dos dados e a reconstrução das redes de interação entre os assessores de David Choquehuanca, as organizações executoras e os atores da cooperação internacional.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas internas que atravessam processos políticos frequentemente interpretados como coesos. Evidencia-se que a ascensão do MAS na Bolívia, ao mesmo tempo em que representou uma ruptura histórica ao incorporar grupos historicamente marginalizados ao Estado, também inaugurou um campo de disputas entre atores do bloco no poder do Estado boliviano. Ademais, busca-se analisar a posição de países do Sul Global em processos de cooperação internacional sob governos progressistas. Nesse contexto, a investigação da construção e implementação do *Vivir Bien* revela que esse marco normativo está longe de ser homogêneo, constituindo-se, na verdade, como resultado de articulações políticas específicas, especialmente protagonizadas por grupos vinculados a David Choquehuanca. Ao focalizar no PBMC, o artigo contribui para o debate sobre o papel da cooperação internacional, demonstrando como ela pode ser instrumentalizada por atores domésticos estrategicamente posicionados, a fim de promover agendas próprias e produzir ganhos políticos no interior do Estado.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira apresenta o arcabouço teórico que fundamenta a análise. A segunda aborda a trajetória da cooperação técnica agrícola internacional, destacando suas transformações ao longo do tempo, e introduz o debate sobre a tradução de políticas públicas. A terceira examina o conceito e o marco normativo do *Vivir Bien*, bem como sua articulação com o PBMC. Por fim, a quarta seção analisa a convergência de interesses internos e externos, evidenciando como essa articulação viabilizou a cooperação e os ganhos políticos decorrentes.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO POR ATORES DOMÉSTICOS

O debate sobre a cooperação internacional é um campo vasto e complexo nas Relações Internacionais (RI), marcado por interpretações distintas e, por vezes, divergentes sobre a natureza, os objetivos e os resultados das ações conjuntas entre os Estados. Esta seção estabelece o arcabouço teórico do artigo, defendendo que a cooperação é uma ferramenta utilizada por grupos domésticos para implementar políticas públicas. Esses grupos buscam posições de poder e influência para traduzir seus interesses em ações governamentais concretas.

No campo teórico, identifica-se a análise de cooperação a partir de duas dimensões. A primeira, vinculada aos estudos hegemônicos sobre guerra e paz, busca explicar sob quais condições os Estados cooperam no sistema internacional. Nessa perspectiva, o realismo clássico, em Morgenthau (1962), e o neorrealismo, em Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), tendem a enfatizar a centralidade da anarquia e da busca por sobrevivência, entendendo a cooperação como limitada, instrumental e subordinada ao dilema de segurança. Em contraste, a tradição liberal, inspirada em autores como Doyle (1983), Russett (1993) e Owen (1994), sustenta que a cooperação é favorecida por instituições representativas, normas compartilhadas e interdependência, sendo reforçada por mecanismos institucionais e expectativas recíprocas. Já o neoliberalismo institucional, em Keohane e Nye (2000), introduz uma leitura mais pragmática, ao compreender a cooperação como resultado de cálculos racionais em contextos de interdependência complexa, nos quais instituições internacionais reduzem incertezas e facilitam a coordenação entre os Estados.

A segunda dimensão, que orienta esta pesquisa, refere-se à cooperação direta, caracterizada por acordos e políticas internacionais. Nessa abordagem, a cooperação se concretiza por meio de acordos formais, transferência de recursos, implementação de projetos e estabelecimento de compromissos mais vinculantes entre as partes. A literatura costuma classificar a cooperação em diferentes campos, de acordo com seus objetivos, instrumentos e formas de implementação, podendo ser categorizada tanto por sua área de atuação quanto por suas características institucionais e pelos atores envolvidos. Ao considerar a área de atuação, identificam-se três campos principais: a cooperação política, que envolve o intercâmbio de informações e a coordenação de políticas públicas entre governos; a cooperação econômica, ou financeira, voltada à concessão de recursos e assistência para promover o desenvolvimento; e a cooperação técnica, centrada na transferência de conhecimentos e no fortalecimento institucional, sem implicar necessariamente repasses diretos de recursos financeiros (Barbé, 2007).

Além disso, a cooperação pode ser diferenciada pelo seu grau de formalização, variando entre arranjos altamente institucionalizados, baseados em instrumentos jurídicos como tratados e organizações internacionais, e meios mais informais, sustentadas por acordos políti-

CC BY NC SA

cos. Também pode ser distinguida pelos atores envolvidos, podendo assumir caráter bilateral, quando envolve dois países, ou multilateral, quando reúne múltiplos atores, geralmente sob o marco de uma organização internacional. Esses critérios complementares permitem compreender a cooperação direta não apenas por seu conteúdo, mas também pelas formas institucionais e arranjos políticos que a estruturam (Barbé, 2007).

Logo, a cooperação internacional pode assumir distintas formas, variando quanto ao grau de institucionalização e aos atores envolvidos, como Estados, organismos multilaterais e ONGs. De modo geral, é compreendida como uma ação conjunta orientada à consecução de objetivos comuns e à resolução de problemas, frequentemente vinculados a interesses estratégicos. Esses interesses, contudo, não são homogêneos, mas refletem as forças sociais que constituem os Estados. Assim, a viabilidade da cooperação depende da convergência, ainda que parcial e contingente, entre demandas e interesses dos atores envolvidos, o que evidencia seu caráter político e de disputa.

Essa perspectiva dialoga com abordagens marxistas e neogramscianas das RI, especialmente com a teoria crítica de Cox (1987), ao evidenciar que tais arranjos não são neutros, mas atravessados por relações de poder e interesses específicos. Inspirado em Gramsci, Cox desloca a análise do Estado como ator unitário, compreendendo-o como expressão de forças sociais historicamente constituídas. Nesse sentido, a ação internacional do Estado relaciona-se à dinâmica interna descrita por Poulantzas (2020), para quem o bloco no poder corresponde à unidade política estatal formada por distintas classes ou frações de classe, cuja hegemonia é exercida por aquela que logra se sobressair nas disputas internas. Essas relações se materializam nas instituições, que delimitam as possibilidades de exercício do poder estatal. Assim, o Estado revela-se não como uma entidade homogênea, mas como uma estrutura plural e historicamente variável, marcada por contradições e disputas entre frações dominantes que buscam orientar suas diretrizes e projetar seus interesses, inclusive no plano internacional.

Dessa forma, a cooperação internacional deixa de ser apenas uma expectativa de comportamento e passa a ser compreendida como prática concreta, institucionalizada e politicamente orientada, expressa em mecanismos operacionais e na atuação articulada entre forças sociais domésticas e internacionais. Nessa perspectiva, ela se configura como instrumento por meio do qual frações do bloco no poder projetam seus interesses para além das fronteiras nacionais, mobilizando recursos, instituições e parcerias externas para consolidar projetos políticos específicos. Assim, a cooperação não apenas reflete a correlação de forças no interior do Estado, mas também contribui para sua reprodução ou transformação, evidenciando sua centralidade na articulação entre política doméstica e política externa.

No campo de Análise de Política Externa (APE), encontramos perspectivas alinhadas a esta análise. Para Snyder, Bruck e Sapin (1962), percussores da APE, a ação de um Estado é vista como o resultado de seu processo interno de tomada de decisão, que interage com sua estru-

tura social e o processo decisório de outros Estados. Ao exporem esta argumentação inserem elementos chaves para a APE. Primeiro, a compreensão do contexto interno, com todas as suas complexidades sociais, passa a ser fundamental para o entendimento da política externa dos Estados. Segundo, o lócus da decisão importa, isto é, o meio institucional, assim como a burocracia, em que o processo decisório está imerso influencia no resultado da política externa. Terceiro, as percepções e valores dos atores moldam a interpretação sistêmica dos tomadores de decisão, fazendo com que os Estados apresentem ações distintas, ainda que inseridos em um mesmo contexto sistêmico.

Em consonância, Milner (1997) apresenta três fatores que influenciam de maneira crucial nas decisões de política externa: interesses, instituições e informação. A autora argumenta que os atores políticos não são monolíticos, possuem preferências e interesses distintos. Sendo assim, o Executivo, o Legislativo e os grupos de interesse (como *lobistas* e empresas) possuem uma posição própria sobre a política, sendo o resultado definido pela negociação e pelo compromisso entre esses interesses muitas vezes divergentes. As instituições, neste contexto, moldam a forma como esses atores interagem, estabelecendo as "regras do jogo". E, finalmente, a distribuição da informação é um fator crítico, visto que a assimetria no acesso à informação pode ser uma ferramenta estratégica para moldar o resultado das negociações. Portanto, as forças sociais/frações de classe que estão no escopo institucional conseguem definir as regras do jogo e obter informações importantes para avançarem em seus objetivos políticos.

O campo de APE reforça a compreensão da política externa como resultado da interação de múltiplos atores, internos e externos ao Estado, inserida no dinamismo próprio dos governos e marcada por barganhas, disputas e acordos entre diferentes. Essa abordagem desloca a política externa de uma posição excepcional para o campo das políticas públicas, uma vez que sua formulação e implementação decorrem de agendas governamentais e estão sujeitas a condicionantes políticos, institucionais e sociais. Assim como uma política pública, a política externa é o resultado direto da atividade política do Estado, embora sua ação seja voltada para o internacional, seus impactos são percebidos na dinâmica interna estatal (Lima, 2000; Milani; Pinheiro, 2013).

Inspirada nas contribuições de Lowi (1974) – advindas do campo de Análise de Políticas Públicas –, Lima (2000) argumenta que a política externa deixa de ser neutra e passa a ter implicações diretas no conflito distributivo interno. Os impactos distributivos referem-se às consequências internas geradas por decisões de política externa que afetam diferentes grupos econômicos e sociais de maneira desigual. Os impactos distributivos internos intensificaram o componente político da política externa, tornando-a cada vez mais permeável à pluralidade de atores, ideias e demandas domésticas. Desse modo, suas escolhas refletem conflitos distributivos, favorecendo setores específicos ou, alternativamente, produzindo bens coletivos quando os custos e benefícios são distribuídos de forma mais equitativa.

Neste contexto, a cooperação insere-se como instrumento estratégico relevante para as forças sociais do Estado, podendo constituir uma via central da política externa para a consecução de interesses e demandas domésticas específicas. Portanto, a cooperação é a clara interação entre a política internacional e a doméstica, em que atores externos e internos traçam objetivos específicos, fomentando interesses mútuos e gerando efeitos distributivos singulares para cada um dos Estados. Estes efeitos distributivos podem ser positivos ou negativos para a sociedade, mas o impacto para os grupos de interesse envolvidos na cooperação é de ganho positivo correspondente. O que se evidencia neste artigo é a viabilização de interesses domésticos mediante o acesso à formulação da política externa, tornando a cooperação internacional instrumento para a promoção de atores específicos que compõem o bloco de poder.

CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS

A cooperação em sistemas agrícolas não é algo novo. É possível visualizar a mudança nos métodos agrícolas no decorrer do século passado, os quais foram internacionalizados mediante cooperação técnica, com transferência de recursos. O PBMC está inserido nesta modalidade de cooperação, na medida em que prevê a adaptação climática via técnica agrícola embasada na agroecologia.

A primeira metodologia implementada mediante cooperação agrícola foi a via Revolução Verde, a partir de 1940. A base principal foi a alteração das práticas agrícolas, enfatizadas pela utilização de insumos químicos, pesticidas e sementes geneticamente modificadas. A finalidade era a maximização da produção, sob a justificativa de extinguir a fome do mundo. Contudo, os males da Revolução Verde foram sendo vistos com o passar do tempo: terras inférteis, alimentos com baixo teor vitamínico e agrotóxicos impactando a saúde humana. Estas consequências trazem a perspectiva da agrobiodiversidade como contraponto aos malefícios da Revolução Verde (Ceccon, 2008).

A agrobiodiversidade foi impulsionada internacionalmente principalmente após a Convenção-Quadro para Biodiversidade, em 1992. Este conceito agrega três níveis de complexidade relacionados à biodiversidade: diversidade entre espécies; dentro de espécies; e de ecossistemas. Ademais, a agrobiodiversidade também agrega as diferentes formas de manejo dos agrossistemas, os saberes e conhecimentos agrícolas tradicionais, sendo, assim, o resultado da interação de quatro níveis de complexidade: (i) sistemas de cultivo; (ii) espécies, variedades e raças; (iii) diversidade humana; e (iv) diversidade cultural (Machado; Santilli; Magalhães, 2008).

Na América Latina a agrobiodiversidade possui um formato mais político, via noção de agroecologia. A agroecologia surgiu como a junção da ecologia à agronomia, tendo como

CC BY NC SA

definição acadêmica inicial um caráter mais técnico, sendo definida como a "aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis" (Candiotto, 2020 p. 5). Contudo, sua politização conceitual passa a ocorrer principalmente após a entrada de movimentos sociais no debate acadêmico, os quais já desenvolviam práticas agroecológicas nos territórios, tornando a agroecologia um agente de transformação social e ecológica capaz de conduzir a agricultura a uma base socio-sustentável. Esta sustentabilidade está vinculada às questões ambientais e sociais, pois a agroecologia não se limita a técnica de manejo, mas representa uma racionalidade produtiva e ética, que valoriza os saberes tradicionais, a conservação dos ecossistemas e a autonomia das comunidades rurais (Gliessman, 2001).

Candiotto (2020) evidencia que a agroecologia propõe uma transformação nos modos de produzir e se relacionar com a terra, integrando dimensões científicas, práticas e sociais. No aspecto científico, busca compreender as relações ecológicas entre espécies agrícolas, o solo e os ecossistemas. No prático, valoriza o intercâmbio de saberes entre agricultores, técnicos e cientistas, promovendo práticas sustentáveis que atendam às necessidades atuais e futuras. No social, implica repensar os sistemas alimentares e econômicos, promovendo equidade e segurança alimentar. Assim, ao unir conhecimento, prática e transformação social, a agroecologia expressa uma visão biocultural que reconhece a interdependência entre natureza e cultura.

A bioculturalidade, base do projeto de cooperação em questão, possui aproximações com a agrobiodiversidade e com a agroecologia. O conceito de biocultura se baseia na interdependência da diversidade biológica e cultural para a evolução e regeneração da vida (Posey, 1999; Toledo; Barrera-Bassols; Boege, 2019). A diversidade biológica refere-se à variedade e variabilidade dos organismos vivos existentes na Terra, abrangendo três níveis principais: a diversidade genética, que envolve as variações nos genes dentro de uma espécie e permite sua adaptação e evolução; a diversidade de espécies, que se refere à variedade de organismos distintos em um ecossistema ou no planeta; e a diversidade de ecossistemas, que compreende a variedade de habitats, comunidades e processos ecológicos que sustentam a vida. Em contraste, a diversidade cultural diz respeito à multiplicidade de expressões, conhecimentos, valores, línguas, crenças e modos de vida desenvolvidos por diferentes povos e comunidades humanas (Posey, 1999). Ela manifesta as distintas formas de compreender, habitar e transformar o mundo natural e social.

Ambas as dimensões estão profundamente interligadas. É preciso entender a evolução da biodiversidade a partir da diversidade cultural, porque é a partir dos conhecimentos tradicionais e práticas locais que as distintas mudanças biológicas, até mesmo geológicas, foram manejadas, tornando possível a evolução da própria espécie humana. Assim, a proteção da diversidade biológica depende da preservação da diversidade cultural, consolidando a noção de bioculturalidade como um princípio essencial para o equilíbrio ambiental e social.

CC BY NC SA

A agrobiodiversidade, agroecologia e bioculturalidade compartilham a valorização da diversidade e da sustentabilidade, mas se distanciam em enfoques e escopos. Por um lado, a agrobiodiversidade, impulsionada principalmente pelos europeus, possui um caráter mais técnico, cujo foco é a produção de alimentos orgânicos, sustentáveis e saudáveis. Por outro, a agroecologia, além de possuir o ímpeto pela produção de alimentos orgânicos, compreende a essencialidade da soberania alimentar dos povos, tendo um caráter político vinculado a movimentos sociais. Já a bioculturalidade possui um foco maior na revalorização dos saberes tradicionais e ancestrais, tendo como princípio o elo simbólico e cultural que integra natureza e sociedade.

Esta trajetória foi vista na Bolívia, mediante a intensificação da cooperação técnica no meio rural. Encontramos três sistemas agrícolas nesse país: agroquímico, agroecológico e indígena-campesino. Antes da Revolução Verde, prevaleciam os sistemas agrícolas tradicionais, cuja forma de lidar com a plantação era baseada em métodos naturais de manejo. A cooperação técnica dos anos 1950 levou para o campo boliviano as inovações da Revolução Verde, vindas do Norte Global. Essa realidade altera o método agrícola tradicional, levando os indígenas-campesinos a utilizarem agroquímicos. Contudo, na década de 1990, a agrobiodiversidade chega na forma de projetos de cooperação, sob a perspectiva de revalorização dos saberes tradicionais. Mesmo com a busca do retorno ao manejo agrícola tradicional, estas transformações tornaram o método indígena-campesino um misto de métodos naturais e agroquímicos, já que a cooperação influenciou diretamente os territórios rurais bolivianos (Haverkort et al, 2013).

Nessa conjuntura, os atores internacionais tinham interesse em financiar projetos vinculados à agrobiodiversidade. Inclusive, encontramos atualmente o enfoque agroecológico e biocultural em instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês). É nesse sentido que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial aparecem como organizações multilaterais que financiam o PBMC. De maneira específica, a Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (COSUDE), principal cooperante bilateral, tinha interesse nos Andes bolivianos, devido à possibilidade de trocar experiências entre esta região e os Alpes suíços (Haverkort et al, 2013).

O PBMC reivindica o conceito de "bioculturalidade", incorporando também noções do *Vivir Bien* para valorizar as práticas e cosmovisões das nações indígenas e camponesas bolivianas. Essas iniciativas buscaram resgatar técnicas agrícolas ancestrais que haviam sido gradualmente abandonadas em decorrência da influência da Revolução Verde nos territórios rurais (Haverkort et al, 2013). Nesse contexto, o diálogo entre atores internacionais e domésticos converge na necessidade de reformular os modelos de produção agrícola, promovendo práticas sustentáveis que reconheçam e fortaleçam a diversidade biológica e cultural como fundamentos de uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza.

As transformações observadas na governança internacional agrícola, descritas ao longo desta seção, podem ser interpretadas a partir da literatura sobre circulação internacional de políticas, que distingue, de forma complementar, os conceitos de difusão, transferência e tradução. Desde a disseminação dos paradigmas da Revolução Verde até a incorporação contemporânea de abordagens como a agrobiodiversidade, a trajetória da cooperação técnica agrícola evidencia que a circulação de modelos não ocorre de maneira linear, mas por meio de processos complexos que envolvem diferentes escalas, atores e mecanismos.

Assim, a transferência de políticas, conforme definida por Dolowitz e Marsh (2000), refere-se ao processo pelo qual conhecimentos, instituições, instrumentos e ideias são mobilizados de um contexto político para outro, sendo fundamental analisar os atores envolvidos, os elementos transferidos e os mecanismos operados. Tal processo pode assumir distintos graus, desde a cópia direta até formas mais flexíveis de emulação, combinação e inspiração (Rose, 1991), revelando que, mesmo na transferência, há variações importantes quanto à adaptação.

Por sua vez, a difusão de políticas amplia essa perspectiva ao enfatizar a dimensão sistêmica e relacional da circulação, sendo compreendida como o processo pelo qual políticas se disseminam entre múltiplas jurisdições interdependentes. Conforme argumentam Simmons, Dobbin e Garrett (2008), a difusão ocorre quando as decisões de um Estado são condicionadas pelas escolhas previamente realizadas por outros, evidenciando padrões de disseminação que podem ser explicados por mecanismos como aprendizado, emulação, competição e coerção. Diferentemente da transferência, que tende a focar em interações mais direcionadas, a difusão permite identificar regularidades e tendências mais amplas, situando a circulação de políticas em um contexto de interdependência internacional e de compartilhamento de referências normativas e institucionais.

Entretanto, é o conceito de tradução de políticas que oferece maior capacidade analítica para compreender o caso aqui analisado. A tradução enfatiza que as políticas, ao circularem, não são simplesmente replicadas, mas reinterpretadas, negociadas e transformadas ao longo de seu percurso, considerando as especificidades políticas, institucionais e socioculturais dos contextos receptores (Stone, 2011). Nesse processo, conforme destacam Dupont e Radaelli (2012), a tradução pode ocorrer por meio de aprendizado reflexivo, comunidades epistêmicas, processos de negociação e interação social. Assim, a tradução evidencia o papel ativo dos atores domésticos, que não apenas recebem, mas ressignificam e reconfiguram os modelos internacionais.

À luz desses conceitos, o percurso da cooperação técnica agrícola revela-se como um processo que combina difusão, transferência e tradução. A disseminação global dos modelos da Revolução Verde ilustra dinâmicas de difusão, enquanto os projetos específicos de cooperação expressam mecanismos de transferência. Contudo, como demonstrado no caso boliviano, é por meio da tradução que a agrobiodiversidade adquire concretude, sendo adaptados às rea-

CC BY NC SA

lidades locais e articulados com saberes tradicionais. Desse modo, a cooperação internacional no campo agrícola não pode ser compreendida como um processo neutro ou meramente técnico, mas como uma arena de disputa e negociação, na qual interesses internacionais e dinâmicas domésticas se entrelaçam, sendo mediados pela capacidade dos atores locais de interpretar, adaptar e transformar as políticas em circulação e traduzi-las de modo a inserir interesses domésticos.

O MARCO NORMATIVO DO *VIVIR BIEN* E O PROJETO DE BIOCULTURA

O *Suma Qamaña* (*Vivir Bien*, na tradução em espanhol) é a cosmovisão aimara que se fundamenta na interconexão entre todos os seres vivos e não-vivos, posicionando o ser humano como parte integrante da natureza. Nessa ontologia, a vida é compreendida como um ciclo contínuo: todos os seres vivos se originam das montanhas e, ao morrerem, retornam a elas. Esse conceito é traduzido na ideia de *Pachamama* (Mãe Terra), que representa a origem de toda a vida na natureza (Reinhard, 1991; Céspedes, 2010).

Conforme exposto por Fernando Huanacuni (2010), a *Pachamama* não pode ser compreendida isoladamente. Ela é complementar à *Pachakama* ou *Pathatata*, a força do invisível, das energias cósmicas. A vida, portanto, emerge da totalidade dessas duas dimensões: a visível (*Pachamama*) e a invisível (*Pachakama*). Nesse sentido, a *Pacha* não se restringe a um conceito material de tempo e espaço, mas participa ativamente de toda a vida do universo, com a capacidade de se recriar continuamente. Essa visão leva a uma noção de temporalidade circular, na qual passado, presente e futuro se auto constituem e se relacionam de forma interdependente. Ao desvincular-se da ideia de progresso linear ocidental, o *Vivir Bien* sugere que o verdadeiro sentido de viver é estar em "tempo intenso", em harmonia com a natureza e com esse movimento cíclico e constante do universo.

É a partir da oposição entre o pensamento ocidental e o indígena que o MAS traz o *Vivir Bien* como alternativa ao desenvolvimento, reformulando a planificação do Estado boliviano e incluindo a cosmovisão aimara neste novo marco normativo. Para compreender o contexto do projeto de adaptação, é essencial analisar as alterações normativas. Três leis principais moldaram esse processo: a Lei n° 031 de 2010 ("Marco de Autonomias e Descentralização 'Andrés Ibáñez'"); a Lei nº 300 de 2012 ("Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*"); e a Lei nº 777 de 2016 ("Lei do Sistema de Planejamento do Estado").

A Lei n° 031 enfatiza a autonomia territorial e política, concedendo a municípios, departamentos e autonomias indígena-originário-camponesas o direito de criar seus próprios planos de desenvolvimento. O objetivo foi descentralizar o poder político, normativo, administrativo e fiscal, garantindo maior autonomia aos governos subnacionais para definir suas

CC BY NC SA

prioridades. Assim, os governos subnacionais obtiveram maior autonomia para elaborar seus planos de desenvolvimento e definir prioridades políticas, sociais e econômicas.

Nesse arcabouço normativo, em 2016, foi aprovada a Lei nº 777 ("Lei do Sistema de Planejamento do Estado"), que complementa a Lei nº 031 ao estabelecer a metodologia de planejamento tanto para os governos subnacionais quanto para o governo central. Essa lei institui uma série de instrumentos institucionais de planificação[2]. Para esta pesquisa, o mais importante deles é o Plano Territorial de Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien* (PTDI), que corresponde ao planejamento dos municípios, sendo o instrumento mais próximo da sociedade civil, pois sua formulação exige a participação de entidades civis. É imperativo que os PTDIs sejam elaborados com "a participação das entidades públicas, do setor privado e de atores sociais, no âmbito de sua jurisdição" (Bolívia, 2016, p. 17, tradução da autora) e que reflitam a "territorialização de ações nas jurisdições das entidades territoriais ou em outras delimitações territoriais, conforme o caso, com enfoque na gestão de sistemas de vida e levando em conta os processos de gestão de riscos e mudanças climáticas" (Bolívia, 2016, p. 18, tradução da autora).

O conceito de "sistemas de vida" que orienta essa nova planificação do Estado é definido pela Lei n° 300, de 2012. O objetivo central da Lei n° 300 foi definir os fundamentos e diretrizes de um desenvolvimento em harmonia com a Mãe Terra, capaz de orientar leis, políticas públicas, programas e estratégias vinculadas ao *Vivir Bien*. Para tal, a referida Lei estabeleceu uma estrutura institucional para sua efetivação, criando o Conselho Plurinacional para o *Vivir Bien* e a Autoridade Plurinacional da Mãe Terra (APMT). O primeiro possui a função consultiva na formulação de políticas e programas, mas sua composição – presidida pelo chefe de Estado e integrada por representantes do governo, do Legislativo e de instâncias estatais – limita a autonomia da sociedade civil, contrariando a proposta de participação deliberativa de movimentos sociais. Complementarmente, foi criada a APMT, órgão autônomo com competências técnicas, administrativas e financeiras, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e da Água (MMAyA, sigla em espanhol), responsável por coordenar o Plano Plurinacional de Mudança Climática e administrar o Fundo Plurinacional de Justiça Climática, que financia iniciativas de adaptação e mitigação dos efeitos climáticos. Para cumprir suas funções, a APMT opera com três mecanismos principais: Mecanismo de Mitigação para o *Vivir Bien*; Mecanismo de Adaptação para o *Vivir Bien*; e Mecanismo Conjunto de Mitigação e Adaptação para o Manejo Integral e Sustentável dos Bosques e da Mãe Terra.

A Lei n° 300 introduz conceitos fundamentais ao estabelecer o Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien* como um processo contínuo de implementação de ações de gestão social,

2 São eles: o Plano Geral de Desenvolvimento Econômico e Social; o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social no âmbito do Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*; os Planos Setoriais de Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*; os Planos Territoriais de Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*; e os Planos de Gestão Territorial Comunitária para o *Vivir Bien*.

comunitária e estatal, orientadas para o fortalecimento das condições materiais, espirituais e sociais que sustentam a solidariedade e a cooperação nas relações político-econômicas. Essa concepção é entendida como uma etapa necessária para alcançar o *Vivir Bien*, guiada pelos princípios de harmonia e equilíbrio: a harmonia busca alinhar as necessidades humanas à capacidade regenerativa dos sistemas naturais, enquanto o equilíbrio estabelece relações complementares entre todos os seres – vivos e não vivos – que compõem a Mãe Terra. Ainda, a normativa utiliza dois termos centrais: componentes e sistemas de vida da Mãe Terra. Os sistemas de vida são compreendidos como comunidades dinâmicas formadas por seres vivos e não vivos que interagem entre si, articulando zonas de vida e unidades socioculturais; já os componentes correspondem aos elementos e processos que integram essas zonas de vida, refletindo a interdependência entre natureza, cultura e sociedade.

Para formular um PTDI é necessário realizar uma análise aprofundada dos sistemas de vida, isto é, das zonas de vida e das unidades socioculturais do território. As zonas de vida são entendidas como "Unidades biogeográficas e climáticas constituídas pelo conjunto de comunidades organizadas dos componentes da Mãe Terra, em condições semelhantes de altitude, regime de umidade, bioclima e solo" (Bolívia, 2012, p. 10, tradução da autora). Já as unidades socioculturais são as diversas experiências socioculturais envoltas no território em questão, cujo foco é a "revalorização e reafirmação de seus saberes no âmbito da diversidade cultural"[3] (Bolívia, 2012, p. 18, tradução da autora). Em outras palavras, o objetivo é delinear um planejamento social e econômico que se baseie nos componentes naturais e na riqueza cultural de uma região, traçando um plano de desenvolvimento que canalize demandas ambientais e sociais, com enfoque nas diferentes culturas tidas no território. Isso permite orientar políticas que mitiguem as vulnerabilidades sociais e ambientais.

O PBMC ocorre de 2010 a 2023 e está intrinsecamente ligado à construção do marco normativo mencionado, tendo o território como experiência viva. Em tese, a finalidade do projeto era adaptar a região andina às mudanças climáticas com base na revalorização dos saberes indígenas-campesinos (Pro-Rural; COSUDE, 2014; 2019; 2024). Todavia, a prática foi transformar a abstração do *Suma Qamaña*, vivenciado no cotidiano indígena-campesino, em conceitos e definições tangíveis para se legislar e planificar o Estado.

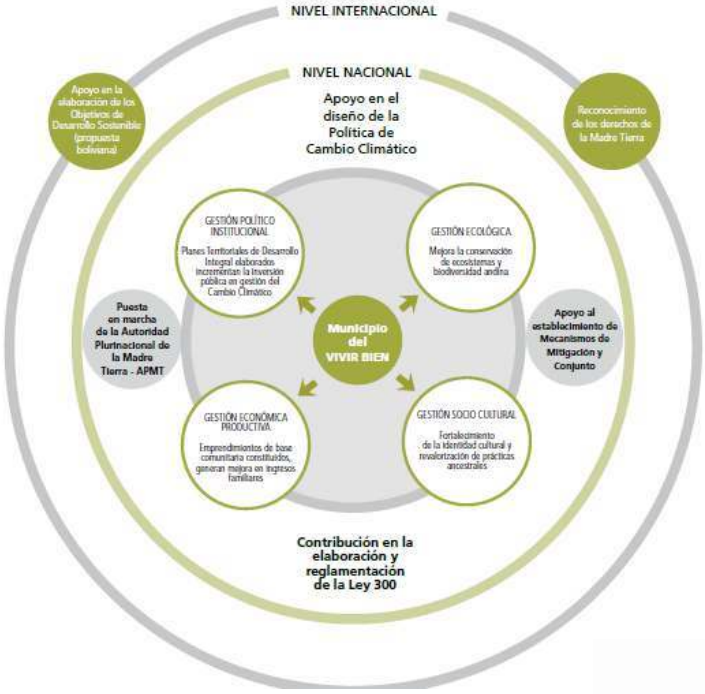
O projeto obteve impactos nacionais e internacionais em suas três fases. A primeira fase teve como principais resultados a criação e validação de metodologias voltadas à construção e demonstração prática do *Vivir Bien*. Em nível local e municipal, foram implementados modelos

3 A Lei n° 300 não torna explícita a definição de "unidade sociocultural", mas a citação direta exposta acima faz referência à necessidade de trabalhar a diversidade cultural existente no território boliviano.

integrados bioculturais – denominados Sistemas Endógenos Bioculturais[4] – que integraram aspectos socioculturais, de governança, econômicos e de conservação ambiental, beneficiando mais de 11.500 famílias, em 282 comunidades, de 35 municípios bolivianos (PRO-RURAL; COSUDE, 2014).

No plano nacional, o projeto Biocultura desempenhou um papel relevante na formulação da "Lei Marco da Mãe Terra e do Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*", na definição de seus regulamentos e na estruturação do arcabouço legal e institucional da Autoridade da Mãe Terra. No âmbito internacional, contribuiu com o Estado boliviano para o reconhecimento dos direitos da Mãe Terra e do acesso à água como direito universal, além de colaborar na criação do Mecanismo Conjunto de Mitigação e Adaptação e na formulação da proposta da Bolívia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PRO-RURAL; COSUDE, 2014). A Imagem 1 ilustra tais feitos, evidenciando também a metodologia na qual o projeto se fundamentou, permitindo compreender de forma visual tanto os resultados alcançados quanto a abordagem aplicada:

Imagem 1: Estruturação e resultados da primeira fase do Projeto de Biocultura



Fonte: PRO-RURAL; COSUDE, 2014, p. 4.

4 Tratam-se de modelos integrados de organização e gestão territorial que articulam componentes biológicos, culturais, sociais e econômicos de comunidades locais, especialmente indígenas e camponesas (PRO-RURAL; COSUDE, 2014)

A metodologia do projeto foi fundamentada em quatro pilares interconectados. O primeiro é a gestão ecológica, centrada na preservação e regeneração dos sistemas de vida. As ações englobaram o manejo sustentável de solos, florestas e recursos hídricos, a recuperação da biodiversidade e o uso de sementes nativas adaptadas ao clima local, visando harmonizar a atividade humana com os ciclos naturais e fortalecer a resiliência ecológica frente às mudanças climáticas (PRO-RURAL; COSUDE, 2014; 2019; 2024).

O segundo pilar é a gestão econômico-produtiva, que busca promover a soberania alimentar e a autonomia econômica das famílias por meio da diversificação dos sistemas produtivos e da valorização de práticas agroecológicas. Foram apoiadas cadeias produtivas locais e iniciativas de comercialização solidária, estimulando a produção de alimentos saudáveis e o uso sustentável dos componentes da terra (PRO-RURAL; COSUDE, 2014; 2019; 2024).

O terceiro pilar é a gestão sociocultural, elemento central do modelo, que valoriza os saberes tradicionais, a espiritualidade andina e as formas próprias de organização comunitária. O projeto promoveu a preservação de línguas nativas, rituais e expressões culturais, além de incentivar a participação de mulheres e jovens em espaços de liderança, fortalecendo o vínculo ético e simbólico com a Mãe Terra, fundamento da cosmovisão do *Vivir Bien* (PRO-RURAL; COSUDE, 2014; 2019; 2024).

Por fim, a gestão político-institucional sustenta a governança territorial, fortalecendo as capacidades das comunidades indígenas-campesinas para influenciar políticas públicas e processos de planejamento. O enfoque biocultural foi incorporado nas instituições estatais como ferramenta para tornar o programa sustentável e duradouro, garantindo a integração entre práticas locais e políticas públicas (PRO-RURAL; COSUDE, 2014; 2019; 2024).

Enquanto a primeira fase definiu a metodologia do PBMC, a segunda fase buscou ampliar sua aplicação, reproduzindo-o em 27 territórios. Esta etapa, que ocorreu entre 2015 e 2019, teve como principal objetivo implementar a Lei n° 300 por meio do desenvolvimento técnico dos sistemas de vida, seguindo os quatro pilares de gestão anteriormente descritos. Conforme discutido anteriormente, para a elaboração dos PTDIs é fundamental considerar os sistemas de vida, que incluem tanto as zonas de vida quanto as unidades socioculturais. As ONGs foram responsáveis pelo suporte técnico aos PTDIs nos territórios, orientando o planejamento social e econômico a partir dos componentes naturais e da riqueza sociocultural local, de modo a subsidiar políticas capazes de reduzir vulnerabilidades sociais e ambientais (PRO-RURAL; COSUDE, 2014).

Finalmente, a terceira fase teve um alcance mais restrito, abrangendo apenas nove territórios, e seu principal objetivo foi fortalecer e expandir, em nível nacional, os modelos e abordagens desenvolvidos nas fases anteriores. Isso foi realizado por meio dos chamados Laboratórios Bioculturais de Aprendizagem – territórios que acumularam experiências significativas e

bem-sucedidas de gestão territorial integrada, com potencial para inspirar e serem replicados em outras regiões do país. Esses laboratórios funcionaram como espaços de experimentação, troca de experiências e consolidação de práticas voltadas para o *Vivir Bien* e para a resiliência frente às mudanças climáticas (PRO-RURAL; COSUDE, 2019; 2024).

A Tabela 1 evidencia que há uma progressiva institucionalização do *Vivir Bien* em conformidade com os objetivos do PBMC: na primeira fase, predominam a construção conceitual e metodológica; na segunda, a operacionalização normativa por meio do planejamento estatal (PTDIs); e, na terceira, a consolidação e difusão das práticas. Ao longo dessas fases, os sistemas de vida emergem como o principal elo entre cosmovisão indígena e políticas públicas, funcionando como categoria mediadora entre território, cultura e ação estatal.

Tabela 1: Estrutura evolutiva do Projeto Biocultura e Mudanças Climáticas: objetivos e fundamentos normativos

Fase do Projeto Biocultura	Período	Objetivos Principais	Conceitos Normativos Estruturantes	Normas
1ª Fase – Construção metodológica e validação	2010–2014	Desenvolver e validar metodologias do *Vivir Bien*; implementar experiências piloto em nível local; institucionalizar o *Vivir Bien*.	*Vivir Bien*; Sistemas de Vida; Gestão Ecológica; Gestão Sociocultural; Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*.	Lei n° 31 (2010) - Marco de Autonomias e Descentralização "Andrés Ibáñez" Lei nº 300 (2012) – Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o *Vivir Bien*
2ª Fase – Expansão e implementação territorial	2015–2019	Expandir a metodologia para novos territórios; operacionalizar os PTDIs; integrar planejamento estatal e práticas locais.	Sistemas de Vida (Zonas de Vida; Unidades Socioculturais); Participação social no Planejamento Territorial (PTDI)	Lei nº 777 (2016) – Sistema de Planejamento do Estado (desenvolvimento da Lei n°31)
3ª Fase – Consolidação e replicabilidade	2019–2023	Fortalecer experiências bem-sucedidas; criar Laboratórios Bioculturais; ampliar impacto nacional.	Governança territorial.	Consolidação do arcabouço normativo anterior (Leis nº 300, 777 e 031).

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponíveis em: Pro-Rural; COSUDE, 2014; 2019; 2024.

A partir desse histórico, torna-se possível compreender como o Projeto Biocultura e as leis mencionadas estão interconectados. A gestão político-institucional, prevista na metodologia do PBMC, evidencia a necessidade de institucionalizar as práticas desenvolvidas e de

vincular suas premissas à governança do Estado. Por um lado, a Lei n° 300, aprovada em 2012, incorpora as diretrizes do projeto ao definir os sistemas de vida, mobilizando a gestão ecológica e sociocultural. Nesse período, estava em curso a primeira fase do PBMC, cujo foco principal era estruturar metodologicamente o diálogo biocultural e o *Vivir Bien*, integrando o conhecimento indígena-campesino à metodologia do projeto. Por outro lado, a atuação das organizações da sociedade civil nos PTDIs foi fundamental para incluir, no planejamento do Estado, a gestão econômico-produtiva dos territórios, baseada nos sistemas de vida. Os PTDIs começaram a ser operacionalizados em 2016, com a aprovação da Lei n° 777, durante a segunda fase do PBMC, que teve como objetivo expandir e consolidar, em nível nacional, a metodologia estabelecida na fase inicial. As organizações participavam da fase de planejamento dos PTDIs – por meio da obrigatoriedade da participação popular prevista na lei – e na sua implementação – ao realizar os estudos de Zonas de Vidas e Sistemas Socioculturais encontrados nos territórios (Delgado, 2025).

Destaca-se, assim, a construção conceitual do *Vivir Bien* a partir de práticas desenvolvidas no território. O *Suma Qamaña* é a cosmovisão aimara, isso quer dizer, é o conjunto de ideias, valores, crenças e percepções que os aimaras possuem sobre o mundo e a vida. A realidade tangível e subjetiva não se manifesta em formas de conceitos e categorização, mas sim na vida cotidiana andina. Atores domésticos, como veremos na próxima seção, mobilizaram, junto às ONGs, essa epistemologia de forma a categorizar o *Vivir Bien* e fazer dele a base normativa da planificação do Estado boliviano. Para tanto, os sistemas de vida se tornam cerne desse vínculo de planificação estatal com as nações indígenas-campesinas, pois é a partir dessa perspectiva que se trabalha a dimensão espiritual, social e material dentro da qual a noção de *Pacha* está inserida.

A CONGRUÊNCIA DE INTERESSES INTERNOS E EXTERNOS

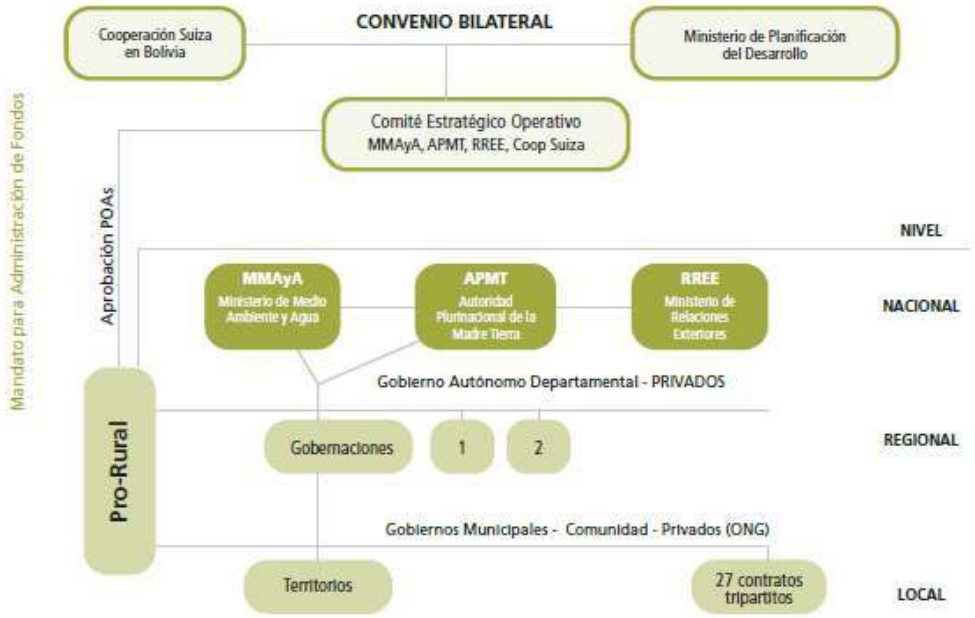
A chegada de Evo Morales ao poder na Bolívia, em 2006, marcou uma mudança na cooperação internacional no país. Internamente, a Lei nº 3351, de fevereiro de 2006, reconfigurou a estrutura administrativa boliviana, ao atribuir ao Ministério do Planejamento do Desenvolvimento (MPD) a coordenação dos Sistemas Nacionais de Planejamento, Investimento Público e Financiamento, centralizando a tomada de decisões e o controle dos recursos externos. O Decreto Supremo nº 28631 regulamentou essa Lei, reforçando o papel do MPD como instância central de planejamento e aprovação de projetos públicos. Essa reestruturação institucional consolidou a gestão estatal sobre o processo de planejamento nacional e fortaleceu a capacidade do governo em definir prioridades de desenvolvimento em nível interno (Gonçalves, 2026).

CC BY NC SA

No âmbito externo, o Decreto Supremo nº 29.308, de 2007, introduziu normas para a gestão e execução de recursos internacionais, obrigando entidades públicas e privadas a reportar doações e financiamentos recebidos ao Estado. O Informe *Cooperación Internacional y Financiamiento para el Desarrollo en Bolivia* (2011) definiu esse processo como o conjunto de etapas que envolvem a identificação de fontes, negociação, assinatura e execução de convênios. Essa normatização buscou alinhar a cooperação internacional ao Plano Nacional de Desenvolvimento, garantindo maior soberania na administração dos recursos externos e coerência entre a política econômica nacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Estes marcos normativos centralizaram a gestão dos recursos internacionais no MPD, de modo que todo financiamento externo que entrasse na Bolívia via Planos Departamentais, Regionais, Municipais e Autonomias Indígenas teriam que ser reportados ao governo central, para conferência de compatibilidade com a agenda Nacional de Desenvolvimento. No caso do PBMC, após a formulação da cooperação, o recurso foi direcionado para o MPD, deixando a cargo das organizações pleitearem o recurso via edital do governo. A estrutura organizativa do projeto pode ser vista a seguir:

Imagem 2: Organograma do Projeto de Biocultura e Mudança Climática



Fonte: PRO-RURAL; COSUDE, 2014, p. 7.

Como ilustrado na imagem mencionada, a estrutura de governança do projeto foi formulada conjuntamente pelo MPD e pela COSUDE. O Comitê Estratégico Operativo, composto

pelo MMAyA, pela APMT, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, neste caso, pela Pro-Rural, ONG responsável pela execução do projeto nacionalmente. À Pro-Rural cabia a coordenação e a implementação das ações previstas, além da função essencial de canalizar as demandas e propostas das organizações locais para o Comitê Estratégico Operativo. Essa configuração institucional evidencia o esforço em construir uma gestão compartilhada, articulando os níveis local e nacional, bem como os atores governamentais e da sociedade civil, de modo a garantir maior legitimidade aos atores internos e efetividade nas ações realizadas no âmbito da cooperação.

O PBMC foi implementado por uma coalizão de organizações que variou em cada uma de suas três fases. Na primeira, a formulação das diretrizes era de responsabilidade da COSUDE e do MPD, enquanto no Comitê incluíam o MMAyA, a APTM, o MRE, e a ONG nacional executora e coordenadora, a AGRUCO. Trata-se do Centro de Pós-Graduação de Agronomia da Universidad Mayor de San Andrés, um importante Programa de Pós-Graduação em Agronomia que, desde os anos 1980, desenvolve projetos na Bolívia que articulam o conhecimento acadêmico e o tradicional indígena-campesino. Em entrevista, Freddy Delgado[5], ex-diretor da AGRUCO, e Dora Ponce[6], ex-coordenadora de projetos da mesma instituição, mencionam o papel do programa na assessoria de lideranças do MAS durante a Assembleia Constituinte em temáticas que se referiam ao desenvolvimento rural. Ademais, foi a partir do trabalho da AGRUCO que teve início a cooperação voltada à bioculturalidade, uma vez que muitos acadêmicos já executavam métodos de interdisciplinariedade no trabalho de campo.

Na segunda fase, a formulação continuou a cargo do COSUDE e do MPD, mas a organização executora e coordenadora foi alterada para a Pró-Rural, tendo ainda o MMAyA, a APMT e o MRE como parte do Comitê Operativo, e 27 Governos Municipais inclusos como executores, que trabalharam em conjunto com as organizações locais. Devido a mudanças internas da organização, a AGRUCO saiu da coordenação nacional, passando a atuar em contextos territoriais. A Pró-Rural, organização que também tinham importante trabalho nacional realizado na área de agroecologia e na revalorização dos saberes indígenas-campesinos, passou a atuar como ONG responsável. Em entrevista, Nelson Ramos[7], coordenador de projetos desta instituição, afirmou que o grande intuito do projeto era tornar suas diretrizes duradoras, por isso o foco em incluí-las na institucionalidade do Estado.

A terceira e última fase teve a alteração no comitê operativo, quando o MRE foi substituído pela Vice-Presidência do Estado, mantendo as demais organizações e órgãos em seus respectivos postos (Pro-Rural; COSUDE, 2014; 2019; 2024). Esta modificação é extremamente importante porque nos faz perceber o seguimento do governo que tinha particular interesse

5 Entrevista realizada pela autora em março de 2025, durante seu trabalho de campo.
6 Entrevista realizada pela autora em março de 2025, durante seu trabalho de campo.
7 Entrevista realizada pela autora em dezembro de 2024, durante seu trabalho de campo.

no projeto de Biocultura: David Choquehuanca. Em entrevista, Freddy Delgado destaca sua afinidade política com David Choquehuanca, ressaltando o papel de Diego Pacheco e Benencio Quispe, assessores do então vice-presidente, como figuras-chave na elaboração do marco normativo do *Vivir Bien* e na conceituação da noção aimara. Freddy Delgado também enfatiza que os ganhos políticos e sociais do projeto seriam impensáveis sem o apoio financeiro do COSUDE, dada a pouca importância que o governo de Evo Morales deu a essa agenda.

Tanto Freddy Delgado quanto Nelson Ramos afirmam que, a princípio, o PBMC tinha uma dimensão nacional, chamado Programa Nacional de Biocultura, com recursos iniciais da cooperação internacional e a promessa de que o Estado boliviano assumiria seu financiamento. No entanto, a falta de apoio do governo Morales impediu que essa promessa se concretizasse, o que enfraqueceu o programa, perdendo seu caráter nacional e permanecendo apenas como um projeto de cooperação. Apesar disso, foi viabilizado o propósito de influenciar a institucionalidade por meio da conceitualização do sistema de vida e do apoio técnico para sua implementação no território.

As divergências políticas entre Evo Morales e David Choquehuanca refletem visões distintas sobre o projeto político boliviano. Ambos têm origem na Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), mas suas agendas divergem significativamente. Enquanto Morales se alinhava mais às pautas do movimento classista cocaleiro, Choquehuanca demonstrava maior afinidade com a agenda indígena (Gonçalves, 2022b; Diario Huarpe, 2020).

Embora Morales tenha ganhado notoriedade internacional com o discurso do *Vivir Bien*, foi Choquehuanca quem conceitualizou e internalizou os princípios dessa cosmovisão no governo. Durante seu período como ministro das Relações Exteriores, Choquehuanca demonstrou um forte comprometimento com as agendas ambientais, elevando o *Vivir Bien* a uma proposta prioritária no cenário internacional (Giovanaz, 2020; Sierra Díaz, 2023). Nesse contexto, as iniciativas de cooperação internacional voltadas à adaptação às mudanças climáticas concentraram-se nas instâncias institucionais sob sua liderança. Depois, como vice-presidente, buscou sensibilizar jovens indígenas-campesinos e torná-los líderes políticos mediante o programa de formação comunitária promovida pela Vice-Presidência, cuja base fundante era a cosmovisão aimara (Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2021; ErBol, 2022).

A partir de 2021, a tensão entre David Choquehuanca e Evo Morales tornou-se mais evidente no cenário público, mesmo que esses desencontros já se manifestassem desde o segundo mandato do MAS. Um marco simbólico desse desacordo foi a substituição de Choquehuanca por Fernando Huanacuni Mamani à frente do MRE, em 2017, o que revelou um realinhamento político dentro da cúpula governamental (Toro, 2017). As divergências entre ambos refletem disputas internas em torno dos rumos do projeto político do MAS e das diferentes interpretações sobre o significado e a aplicação prática do V*ivir Bien* como eixo orientador do Estado Plurinacional (El Diario, 2022).

Choquehuanca defendia uma agenda mais alinhada com os princípios indígenas e ecológicos do Estado Plurinacional, buscando diálogo com todas as organizações do *Pacto de Unidad*[8]. Essa dinâmica ficou evidente em dois episódios. O primeiro foi a crise com o projeto de construção de vias expressas cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), onde Choquehuanca mediou o conflito com a CIDOB e o CONAMAQ, organizações mais alinhadas à luta étnica. O segundo foi a escolha de Choquehuanca pelas bases do MAS como candidato presidencial nas eleições de 2020, o que não se concretizou devido à intervenção de Morales, que o substituiu por Luis Arce, pertencente, nesse momento, a seu próprio grupo político, deixando o cargo de vice-presidente para Choquehuanca (Gonçalves, 2022a).

A prioridade de Morales em sua agenda política levou à marginalização do grupo de Choquehuanca. Consequentemente, seu grupo político e as ONGs que o apoiavam, como a AGRUCO e Pró-Rural, buscaram na cooperação internacional uma forma de financiar e viabilizar suas propostas. A mudança de órgão estatal responsável pelo projeto na última fase, para a Vice-Presidência, para a qual Choquehuanca foi eleito em 2020, demonstra como a cooperação se tornou uma ferramenta para que esse grupo político pudesse avançar em sua agenda específica, mesmo diante da resistência de outros grupos do governo MAS.

Como já mencionado, as organizações internacionais mostraram grande interesse em financiar o PBMC. Esse interesse se alinhava, por um lado, à política de incentivo internacional à agrobiodiversidade e, por outro, ao objetivo suíço (maior financiador do projeto) em obter experiências práticas aplicáveis na região dos Alpes, que possui características ambientais semelhantes àquelas dos Andes bolivianos. Por essa razão, o projeto focou em agroecologia e na valorização dos saberes ancestrais, sendo implementado exclusivamente na região andina da Bolívia.

O interesse de Choquehuanca, assim como das ONGs e grupos políticos ligados a ele, estava em estabelecer a cosmovisão aimara como paradigma fundante do Estado Plurinacional boliviano. Este intuito, para além dos ganhos políticos individuais, também se vinculava à sua identidade: Choquehuanca é aimara proveniente do Município de Huarina, província de Omasuyos, região conhecida pelo forte clamor político popular. Ademais, Freddy Delgado, Nelson Ramos e Benencio Quispe, assim como outras lideranças[9] do PBMC, também possuem origens

8 Trata-se de uma coalizão histórica de organizações indígenas, campesinas e sociais da Bolívia, criada para articular reivindicações coletivas e influenciar políticas estatais. Entre seus integrantes, destaca-se a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB); a CSUTCB; a Confederação Nacional de Mulheres Indígenas Bartolina Sisa (CSMNBS); a Confederação Nacional de Comunidades Interculturais de Origem Quechua e Aimara (CSCIOB); e a Confederação Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ). O Pacto foi fundamental na mobilização social que apoiou a eleição de Evo Morales e a consolidação do MAS.

9 No trabalho de campo pude conhecer e entrevistar algumas lideranças das organizações territoriais que executavam o projeto em seus departamentos, municípios e autonomias.

em municípios cuja identidade aimara é latente, tendo o *Suma Qamaña* como princípio fundante do seu próprio ser.

Em síntese, a reconfiguração institucional promovida pelo governo de Evo Morales não apenas centralizou no Estado a gestão da cooperação internacional, como também redefiniu os termos de sua articulação com atores domésticos e agendas políticas específicas. O caso do PBMC evidencia que a implementação das iniciativas dependeu de uma complexa rede de interações entre organismos internacionais, ONGs e diferentes frações políticas no interior do próprio MAS. Nesse contexto, a cooperação internacional revelou-se um instrumento não neutro, mobilizado por atores políticos, ligados a Choquehuanca, para viabilizar projetos políticos e epistemológicos específicos, como a institucionalização do *Suma Qamaña*, traduzindo a cosmovisão indígena em normativas e políticas públicas.

CONCLUSÃO: A TRADUÇÃO DE POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO EM INTERESSE DOMÉSTICO

A política é um campo de divergências e convergências de interesses, fruto de uma multiplicidade de visões sobre a possibilidade de delinear horizontes políticos. Historicamente, os países do Norte transferiam suas políticas públicas aos países do Sul por meio da cooperação. Este artigo não negou a verticalidade existente dentro da negociação entre os Estados desta cooperação, mas evidenciou que os interesses domésticos devem ser analisados, de forma a compreender como as forças sociais articulam a política externa para impactar a conjuntura doméstica. Esta realidade não se distanciou do governo MAS, cuja base era composta por uma amplitude de atores sociais.

À luz do arcabouço teórico mobilizado neste artigo, a cooperação internacional deve ser compreendida como um instrumento político mobilizado por forças sociais que disputam poder no interior do Estado e projetam seus interesses. Conforme argumentado, a cooperação pode assumir múltiplas formas (política, econômica ou técnica) e distintos graus de institucionalização, sendo operacionalizada por meio de acordos, projetos e transferências de recursos que materializam interesses estratégicos. Nesse sentido, dialogando com a perspectiva crítica de Cox e com a concepção de bloco no poder em Poulantzas, entende-se que a cooperação internacional expressa a correlação de forças entre grupos sociais, funcionando como mecanismo de reprodução ou transformação de projetos políticos.

Essa interpretação é reforçada pelas contribuições da APE, que evidenciam que as decisões internacionais são indissociáveis das dinâmicas domésticas. Interesses, instituições e informação moldam o processo decisório, tornando a política externa uma arena de barganha entre atores estatais. Assim, a cooperação internacional se insere como instrumento estratégi-

CC BY NC SA

co no qual grupos domésticos buscam traduzir suas demandas em políticas públicas, produzindo efeitos distributivos que beneficiam determinados segmentos sociais.

No caso do Projeto Biocultura, observa-se a materialização desses arranjos institucionais em uma estrutura de governança que articula atores estatais, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. A participação do MPD e da COSUDE na formulação estratégica, aliada à atuação de organizações como AGRUCO e Pró-Rural na execução, revela um modelo de cooperação que combina centralização estatal com capilaridade territorial. A trajetória do PBMC ao longo de suas diferentes fases também revela transformações importantes na correlação de forças internas. A substituição do protagonismo institucional para a Vice-Presidência indica reconfigurações políticas que reflete disputas no interior do bloco no poder. Nesse contexto, a posição de David Choquehuanca como ator político central no projeto evidencia como a cooperação internacional pode ser apropriada por determinados grupos para avançar agendas específicas.

Nesse sentido, o PBMC constitui um exemplo emblemático de como a cooperação pode ser utilizada como instrumento de tradução de interesses domésticos. As cooperações técnicas, desde meados da década de 1990, buscavam experiências baseadas em agrobiodiversidade. O *Vivir Bien*, através do PBMC, seria a expressão clara da agrobiodiversidade: método de plantio baseado na natureza e experiências tradicionais, que revaloriza os saberes indígenas ancestrais. O objetivo não era apenas desenvolver conceitualmente o *Suma Qamaña*, mas também inseri-lo nas instituições estatais sob forma de normativa, influindo diretamente no Estado a diretriz associada à agrobiodiversidade. Portanto, mesmo que o governo de Morales marginalizasse a agenda de Choquehuanca, a cooperação supriu sua demanda mediante o acesso a recurso externo.

Essa realidade trouxe aos grupos domésticos ganhos políticos importantes. As ONGs, locais e nacionais, passaram a atuar diretamente na construção dos PTDIs, já que era necessário participação da sociedade civil e análise técnica dos sistemas de vida. Os territórios que as organizações estavam inseridas recebiam recursos internacionais, não dependendo da disponibilidade de recursos do governo para realizar ações locais. Finalmente, figuras como Choquehuanca e seu círculo intelectual ganharam reconhecimento nacional e internacional, consolidando o *Vivir Bien* como uma proposta alternativa de desenvolvimento.

Essa dinâmica pode ser analisada a partir da literatura sobre circulação internacional de políticas, que reforça a argumentação da tradução de políticas. Diferentemente de uma simples reprodução de modelos externos, o PBMC demonstra como políticas internacionais são reinterpretadas e reconfiguradas à luz das especificidades locais. A incorporação da biodiculturalidade e do *Vivir Bien* não representa uma adoção passiva de agendas internacionais, mas um processo ativo de ressignificação, no qual atores domésticos adaptam e transformam os elementos recebidos para atender seus próprios interesses e valores.

Dessa forma, a cooperação internacional, longe de ser uma via de mão única, configura-se como um campo de disputas no qual interesses globais e domésticos se entrelaçam. No caso boliviano, o PBMC evidenciou que a tradução de políticas de cooperação constitui um mecanismo central por meio do qual forças sociais transformam agendas internacionais em instrumentos de afirmação política, cultural e institucional, revelando a profunda interconexão entre política externa, política pública e dinâmicas de poder no interior do Estado.

REFERÊNCIAS

BARBÉ, Esther. *Relaciones internacionales*. Madri: Tecnos, 2007.

BOLIVIA. Ley N° 3351, de febrero de 2006. Organización del Poder Ejecutivo. La Paz: *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia*, 2006.

BOLIVIA. Decreto Supremo N° 29308, de 10 de octubre de 2007. Establece normas para la gestión y ejecución de recursos externos de donación. La Paz: *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia*, 2007.

BOLIVIA. Ley N° 031, de 19 de julio de 2010. Ley Marco de Autonomías y Descentralización "Andrés Ibáñez". La Paz: *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia*, 2010.

BOLIVIA. Ley N° 300, de 15 de octubre de 2012. Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para el Vivir Bien. La Paz, 2012. Disponível em: http://www.planificacion.gob.bo/uploads/marco-legal/Ley%20N%C2%B0%20300%20M ARCO%20DE%20LA%20MADRE%20TIERRA.pdf. Acessado em 27 de janeiro de 2022.

BOLIVIA. Ley N° 777, de 21 de enero de 2016. Ley del Sistema de Planificación Integral del Estado (SPIE). La Paz: *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia*, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. *Ambientes*, v. 2, n. 2, p. 25-75, 2020.

CECCON, Eliane. La revolución verde: tragedia en dos actos. *Ciencias*, n. 91, p. 20-29, 2008.

CÉSPEDES, David C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *América Latina en Movimiento*, fev. 2010.

COX, Robert W. *Production, power, and world order: social forces in the making of history.* Nova York: Columbia University Press, 1987.

DIARIO HUARPE. Choquehuanca, un dirigente aymara con sólida formación política, sindical y diplomática. *Diario Huarpe*, 19 jan. 2020. Disponível em: https://www.diariohuarpe.com/nota/choquehuanca-un-dirigente-aymara-con-solida-formacion-politica-sindical-y-diplomatica-202011920530. Acessado em 1 outubro de 2025.

DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance*, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs. *Philosophy & Public Affairs*, v. 12, n. 3, p. 205-235, 1983.

DUPONT, Christophe; RADAELLI, Claudio M. Policy learning and governance: revisiting the role of knowledge in policy-making. *Policy & Society*, v. 31, n. 3, p. 201-213, 2012.

EL DIARIO. Arce y Choquehuanca reconocen que existen bloques en el MAS. *El Diario*, 20 abr. 2022. Disponível em: https://www.eldiario.net/portal/2022/04/20/arce-y-choquehuanca-reconocen-que-existen-bloques-en-el-mas/. Acessado em 2 outubro de 2025.

ERBOL. Choquehuanca inaugura escuela de liderazgo en El Alto: "ningún líder debe sentirse superior". *ErBol*, 13 abr. 2023. Disponível em: https://erbol.com.bo/nacional/ choquehuanca--inaugura-escuela-de-liderazgo-en-el-alto-%E2%80%98ning%C3%BAn-l%C3%ADder-debe--sentirse-superior. Acessado em 2 outubro de 2025.

GIOVANAZ, Daniel. Quem é David Choquehuanca, um vice nada decorativo na campanha do MAS na Bolívia. *Brasil de Fato*, 20 out. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/10/20/quem-e-david-choquehuanca-um-vice-nada-decorativo-na-campanha-do--mas-na-bolivia/. Acessado em 1 de outubro de 2025.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GONÇALVES, Ana Lúcia de L. *A incidência da cosmovisão indígena na política externa de meio ambiente boliviana: a internacionalização dos direitos da Mãe Terra durante os dois primeiros mandatos de Evo Morales (2006–2015)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Dissertação de Mestrado, 2022a.

GONÇALVES, Ana Lúcia de L. Vivir Bien enquanto plataforma política do governo MAS na agenda externa de meio ambiente boliviana. *In*: SARAIVA, Miriam; HERNÁNDEZ, Lorena (orgs.). *Estudos de Política Externa: o Brasil e a América do Sul*. Belo Horizonte: Lemos Mídia: 2022b.

GONÇALVES, Ana Lúcia de L. Crisis Climática y Soberanía en el Sur Global: la institucionalidad normativa como limite al proyectorado en Bolivia. *In:* MOURA, Rafael; HERNÁNDEZ, Lorena (orgs.). *América Latina Ante El Malestar Económico Del Siglo XXI: Estado, instituciones y desarrollo en tiempos complejos*. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2026.

HAVERKORT, Bertus et al. *Hacia el diálogo intercientífico: construyendo desde la pluralidad de visiones de mundo, valores y métodos en diferentes comunidades de conocimiento*. La Paz: Plural Editores, 2013.

HUANACUNI, Fernando. Paradigma Occidental y Paradigma Indígena Originario. *América Latina em Movimento*, 2010. Disponível em: https://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/HuanacuniParadigmaOccidentalIndigena2010.pdf. Acessado em 19 de outubro de 2021.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. Realism and Complex Interdependence. *In:* LECHNER, Frank J.; BOLI, John (eds.). *The globalization reader*. Oxford (UK): Blackwell, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. *A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, n. 34, 2008.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

MILNER, Helen V. *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MORGENTHAU, H. A Political Theory of Foreign Aid. *American Political Science Review*, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. *International Security*, v. 19, n. 2, p. 87-125, 1994.

POSEY, D. A. *Cultural and spiritual values of biodiversity*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1999.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: UNICAMP, 2020.

PRO-RURAL; COSUDE. *Biocultura y Cambio Climático: Segunda fase 2015–2019.* La Paz: COSUDE, 2014.

PRO-RURAL; COSUDE. *Proyecto Biocultura y Cambio Climático (2020–2023).* La Paz: COSUDE, 2019.

PRO-RURAL; COSUDE. *Cartilla de cierre: Proyecto Biocultura y Cambio Climático (abril 2020 – octubre 2023).* La Paz: COSUDE, 2024.

REINHARD, Johan. Tiwanaku: Ensayo sobre su cosmovisión. *Revista Pumapunku*, n. 2, p. 9-39, 1991.

RORATTO, João Manoel. A observação como fonte de dados para a atividade de inteligência. *Revista Brasileira de Inteligência*, n. 6, p. 73-79, abr. 2011.

ROSE, Richard. What is lesson-drawing? *Journal of Public Policy*, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991.

RUSSETT, Bruce. *Grasping the democratic peace: principles for a post-Cold War world*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SIERRA DÍAZ, Rogelio. Presentación del libro: "La geopolítica del Vivir Bien" del vicepresidente de Bolivia David Choquehuanca. *Revista Política Internacional*, v. 2, n. 2, p. 200-201, 2023.

SIMMONS, Beth A.; DOBBIN, Frank; GARRETT, Geoffrey. *The globalization of liberalization: policy diffusion in the international political economy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

STONE, Diane. *Policy paradox: the art of political decision making*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2011.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso; BOEGE, Eckart. *¿Qué es la Diversidad Biocultural?* Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Vicepresidente destaca apertura de Escuela de Formación de Líderes y Lideresas para comunidades indígenas. Facebook, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/ VicepresidenciaBolivia/posts/nota-vicepresidente-destaca-apertura-de-escuela-de-formaci%C3%B3n-de-l%C3%ADderes-y-lidere/238859331607647/. Acessado em 2 outubro de 2025.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics.* Reading: Addison-Wesley, 1979.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton. *Foreign Policy Decision-Making: An Approach to the Study of International Politics.* Nova York: The Free Press of Glencoe, 1962.

TORO, Juan José. Choquehuanca cierra ciclo histórico en el Gobierno. Sucre: *Correo del Sur*, 24 jan. 2017. Disponível em: https://correodelsur.com/politica/20170124/ choquehuanca-cierra--ciclo--historico-en-el-gobierno.html. Acessado em 18 julho de 2025.